



INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA NEVES ANGELINI

Venezuelanas no Brasil: um estudo sobre gênero e etnia nas experiências migratórias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lara M. R. Selis

UBERLÂNDIA

2020

Venezuelanas no Brasil: um estudo sobre gênero e etnia nas experiências migratórias

Letícia Neves Angelini¹

Resumo: O presente trabalho investiga a influência da intersecção entre as variáveis de gênero, etnia e nacionalidade na experiência migratória das venezuelanas que buscam refúgio no Brasil nos últimos anos, em decorrência da crise política e econômica pela qual passa a Venezuela. Para esta análise, este artigo se baseia nas teorias feministas interseccionais e decoloniais, além de investigar o escopo dos estudos existentes sobre a relação entre gênero e migração. Na terceira e última seção, o caso é apresentado e analisado por meio de dados majoritariamente qualitativos, tais como relatos das migrantes venezuelanas e de integrantes da rede de apoio. Essas fontes ajudam a concluir que as especificidades de gênero e etnia moldam a experiência dessas migrantes, influenciando em suas chances de terem suas necessidades básicas, como saúde, educação, segurança e um trabalho digno, além da construção de renda própria e autossuficiência, atendidas. Fica claro que, apesar de a migração ter o potencial de empoderamento, as chances de essa oportunidade se traduzir à realidade se tornam mais baixas quanto mais distantes da norma ocidental (e, portanto, mais abaixo na hierarquia social) essas mulheres estão.

Palavras-chave: migração; interseccionalidade; Venezuela

Abstract: This paper investigates the influence of the intersection between the variables gender, ethnicity and nationality in the migratory experience of the Venezuelan women who have sought refuge in Brazil in the last few years, due to the political and economic crisis Venezuela is going through. For this analysis, this article is based on the intersectional and decolonial feminist theories. It also investigates the scope of the existing studies about the connection between gender and migration. On the third and last part, the case is presented and analysed through mostly qualitative data, such as stories told by venezuelan immigrants and by members of the support network. These sources help us to conclude that gender and ethnicity mold the experience of the migrants, weighing on their chances to have their basic needs, such as health, education, safety and decent work, the ability to build their own income and become self-sufficient, met. It is clear that even though female migration holds the potential for empowerment, the chances of that potential being realized become lower as distant they are from the occidental norms (and, therefore, as low as they are located in the social hierarchies) these women are.

Key-words: migration; intersectionality; Venezuela

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos migratórios falharam em incluir e demonstrar a importância e a experiência feminina nos fluxos. No entanto, com os estudos feministas a partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a ganhar espaço não só nos estudos migratórios como em diversas áreas das Relações Internacionais. No entanto, as pesquisas e a produção de dados sobre esse tema continuam defasados, principalmente se incluirmos outras categorias de análise, como a raça, a cultura e a origem, sendo a intersecção entre essas categorias a área mais defasada em estudos. Assim como ocorre na produção científica, as mulheres e, em especial, as mulheres racializadas são também relegadas e esquecidas por grande parte das políticas de integração dos imigrantes, pois ainda existe no imaginário da sociedade a ideia do migrante apenas como um homem em idade produtiva. No entanto, o fenômeno migratório é muito mais diverso e complexo do que essa noção permite perceber. Com as crises das economias nacionais ocasionadas pela globalização, como a da Venezuela, e a piora nas condições de vida, cada vez mais mulheres encontram na migração sua única opção, e cada vez mais delas o fazem sozinhas, deixando filhos e familiares para tentar construir uma vida melhor. Elas emigram principalmente para ingressar no mercado de trabalho e conquistarem sua independência econômica, além de garantir a sobrevivência da família, tendo em vista o empobrecimento pelo qual passa a população venezuelana. Essas mulheres vivem o processo migratório e a integração socioeconômica de formas completamente diferentes dos homens migrantes, experienciam o gênero de forma completamente distinta das mulheres autóctones e, para além disso, vivem suas experiências de formas completamente diferentes entre si, a depender de diversos outros fatores além do gênero, notadamente sua etnia e aproximação fenotípica com os padrões ocidentais, ou seu status familiar, visto que mulheres com filhos tendem a encontrar dificuldades ainda maiores que mulheres sem filhos, por exemplo.

Dessa forma, esse artigo procura analisar como a intersecção entre as variáveis de gênero, etnia e nacionalidade influenciam a experiência das refugiadas venezuelanas no Brasil durante a presente onda migratória entre os dois países, concluindo que, quanto mais baixo as mulheres migrantes estão na hierarquia social e, portanto, mais distantes da norma ocidental, maiores serão as dificuldades encontradas no processo migratório e menores as possibilidades de empoderamento que, em condições ideais, poderiam surgir através do processo migratório. Para isso, o trabalho foi dividido em três seções. Na primeira, faz-se uma revisão teórica onde o objetivo principal é compreender como a intersecção entre as variáveis gênero, raça/etnia e nacionalidade produzem corpos vulneráveis no contexto investigado; na segunda, busca-se entender como a relação entre gênero, raça e migração se coloca no cenário estudado, como

esses fatores são entendidos na literatura sobre migração e quais são as motivações, percalços e especificidades da experiência migratória feminina; por fim, na terceira e última seção, será feita a análise do problema, mobilizando para isso o documentário “Adelante: A luta das venezuelanas refugiadas no Brasil”, além de outros relatos encontrados na imprensa, provenientes tanto das refugiadas quanto, em alguns casos, da rede de apoio ao migrante. São analisados, então, dados quantitativos pontuais mas, principalmente, os dados qualitativos supracitados, que ajudam a entender as especificidades de gênero e etnia que moldam a experiência dessas migrantes, assim como, mais concretamente, os obstáculos encontrados por elas na luta por uma vida digna e estável no novo país.

1. Perspectivas teóricas sobre gênero, raça e nacionalidade e a construção de corpos vulneráveis

Look at my arm! I have ploughed and planted and gathered into barns, and no man could head me-and ain't I a woman? I could work as much and eat as much as a man-when I could get it-and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have born thirteen children, and seen most of 'em sold into slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me - and ain't I a woman? (Sojourner Truth, 1851 apud Crenshaw, 1989, p. 153)²

É sabido que o gênero, a raça, a sexualidade ou a classe de um indivíduo são categorias de análise que influenciam em suas experiências no mundo e em locais sociais como o mercado de trabalho, a família ou a política. Para este trabalho, no entanto, é importante não só entender como o gênero, ou a raça, ou a classe, ou mesmo a nacionalidade trabalham no sistema, mas sim compreender como essas dimensões se conectam e interrelacionam e a influência que possuem, em conjunto, na vida e experiência migratória de mulheres que se situam na intersecção.

Isso porque, de acordo com Crenshaw (1989), quando pensamos exclusivamente nos efeitos da raça ou nos efeitos do gênero, por exemplo, tendemos a esquecer daqueles que se encontram na intersecção. Para ela, as análises tendem a focar nos subgrupos mais privilegiados entre os grupos, ou seja, no caso das análises antirracistas, o protagonista é o homem preto de classe mais elevada e, no caso das análises feministas, a protagonista é a mulher branca de classe média-alta, ou seja, essas análises ficam enraizadas em experiências de apenas um

² Tradução: Olhem meu braço! Já arei, plantei e colhi, e nenhum homem pôde me controlar - e não sou uma mulher? Eu posso trabalhar e comer tanto quanto um homem -quando há comida- e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a maioria deles vendido como escravo, e quando chorei com meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu - e não sou uma mulher?

subgrupo de um fenômeno muito complexo, contribuindo para a marginalização de grupos que possuem fardos múltiplos, como as mulheres racializadas, pois a experiência interseccional é muito mais complexa que a simples soma das categorias de análise.

Movimentos como o feminismo e o antirracismo têm historicamente aceitado as supracitadas noções *mainstream* de discriminação, fator que impediu o desenvolvimento de teorias e práticas adequadas para a questão da interseccionalidade, além de, por conta disso, dificultar o processo de superação do racismo e do patriarcado (CRENSHAW, 1989). Colocando essa ideia em termos mais práticos, temos por exemplo ordenamentos jurídicos e sistemas de proteção à mulher que já muitas vezes falham com mulheres, muitas vezes negras e pobres, brasileiras, por não levar em conta as especificidades de suas experiências; no caso das refugiadas, que enfrentam ainda barreiras como a xenofobia, a falta de conhecimento linguístico e a falta de conhecimento em si de seus direitos, essas leis e programas tornam-se ainda mais inacessíveis. Isso significa que, não raro, subordinações interseccionais são criadas por agentes que buscam trazer melhorias sem levar em conta as diferenças entre as mulheres. Para além disso, essa divisão entre as opressões é também causa de conflitos entre os grupos, visto que faltam no movimento anti-racista falas sobre gênero e, no movimento feminista, falas sobre a discriminação por raça, levando a um esquecimento das mulheres racializadas em ambos os movimentos, visto que as teorias e práticas são voltadas ou para indivíduos racializados, ou para mulheres (CRENSHAW, 1989; CRENSHAW, 1991), como podemos também observar no caso da resposta à crise de refugiados venezuelanos, em que programas são criados e relatórios são feitos ou sobre uma minoria, ou sobre outra.

Mulheres racializadas, que se encontram na intersecção entre diversas categorias de opressão, podem experimentar a discriminação de formas similares ou diferentes daquelas sofridas por mulheres brancas e homens pretos e indígenas; em certas situações, sua opressão será similar à da mulher branca, em outras será similar à do homem racializado, em outras ainda sofrerá os efeitos combinados da opressão por raça e gênero - e, em outras, enfrentarão discriminações específicas a elas (CRENSHAW, 1989).

É nessa dimensão da opressão - a opressão invisível sofrida por mulheres racializadas do Sul global - que Lugones (2007) concentra seu trabalho, essencial para demonstrar como o imaginário sobre essas mulheres foi construído e as consequências disso para o sistema de gênero moderno/colonial, conceito cunhado pela autora e que introduz o colonialismo como raiz desse sistema, que criou situações muito distintas para os homens e mulheres colonizados/as. Durante a colonização, os gêneros foram introduzidos nas comunidades dominadas como um sistema de organização das relações de produção, propriedade,

cosmologias e saber, subjugando o gênero feminino, que passa a ser definido em relação ao homem. Dessa forma, para as mulheres a colonização significou simultaneamente a inferiorização racial e a subordinação de gênero (Oyewumi 1997 apud Lugones, 2007). Antes da criação do gênero nas tribos, ocasionada pela colonização, existia nas tribos uma produção de conhecimento muito diferente da modernidade, e muitas tribos funcionavam sob sistemas patriarcais de menor intensidade, em que o poder era melhor distribuído. A transformação perpetrada pelos colonizadores dessas tribos em patriarcais passou pela substituição de deidades femininas pelo Deus masculino, destruição de governos e filosofias tribais, retirada das terras e formas de subsistência e substituição da estrutura de clãs pela família nuclear e a autoridade dos chefes pela autoridade de oficiais brancos. Dessa forma, a dominação de gênero foi primordial para a dominação da tribo, e toda a produção de conhecimento passa pela dominação de gênero (GUNN ALLEN, 1986/1992 apud LUGONES, 2007).

O ideal de pureza sexual do século XIX é criado como uma metáfora para o poder racial, econômico e sexual (MCCLINTOCK, 1995 apud LUGONES, 2007). Nesse contexto, para Lugones (2007), a dominação de gênero adquire um lado visível e um lado obscuro; no lado visível são construídas as relações de gênero hegemônicas e é constituído o sentido moderno/colonial de “homem” e “mulher”, que definem o homem e a mulher brancos como o modelo, a norma. Aqui, as mulheres brancas são definidas como puras, frágeis, passivas; são banidas da esfera pública, da produção de conhecimento, do mercado de trabalho. Simultaneamente, no entanto, elas reproduzem e gozam dos privilégios de raça e classe dos homens brancos. Já o lado obscuro da dominação de gênero é violento, e a população colonizada teve sua participação em ritos religiosos, política e economia retirados ou amplamente reduzidos. Em oposição ao modelo protetivo e de força dos homens brancos e ao modelo de passividade e pureza sexual das mulheres brancas, essas pessoas foram animalizadas, ou seja, foram desprovidas de gênero, pertencendo ao sexo feminino ou masculino, mas sem feminilidade ou masculinidade.

Especificamente no caso das mulheres, foram caracterizadas em oposição às características das mulheres brancas. Dessa forma, foram representadas como sexualmente agressivas, assim “justificando” a exploração sexual infligida pelos colonos brancos, e fortes o suficiente para realizarem qualquer tipo de trabalho, conforme os interesses do capitalismo moderno. Em resumo, as mulheres colonizadas foram inferiorizadas ao papel de gênero da mulher, sem em contrapartida receberem quaisquer privilégios, visto que, graças à sua hipersexualização, são entendidas como não merecedoras da proteção social da qual usufruem as mulheres brancas burguesas (LUGONES, 2007).

Ainda mais além dessas questões, o projeto de modernidade construído durante o período colonial, por ter uma preocupação com a normatização da reprodução social, mais especificamente com a purificação racial da população, teve uma preocupação especial com o controle dos corpos dos indivíduos, de forma que homens de pele clara obtiveram “fácil acesso” a mulheres de raça (ou classe) consideradas inferiores, enquanto mulheres brancas tinham sua “castidade” protegida e o relacionamento entre elas e homens de outras raças era, basicamente, proibido (WADE; GIRALDO; VIGOYA, 2008).

Todas essas estruturas permanecem constituintes importantes do sistema até os dias atuais. Nas palavras de Lugones (2014), “(...) a colonialidade de gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”, pois o processo de subordinação das populações colonizadas é um processo que se renova, deixando sequelas através do imperialismo liderado por capitalistas neoliberais (NAVAZ, 2008), infiltrando cada um dos aspectos da existência das mulheres, como seu controle do próprio corpo e sexualidade, o trabalho, sua relação com a lei, a tributação e a propriedade, assim como sua mobilidade e experiência migratória (Lugones, 2014).

De acordo com Navaz (2008), a colonização deixou como seqüela um tipo específico de governabilidade que possui técnicas, lógicas e objetivos comuns aos sistemas coloniais modernos; trata-se da governabilidade das subjetividades, das vidas, configurando o pensamento político moderno, não estando fundamentalmente ligado ao controle territorial ou ao Estado, que é apenas um dos meios possíveis para levá-la a cabo, mas sim objetivando a acomodação produtiva das pessoas e de suas esperanças. São criados sujeitos com determinadas identidades, por sua vez vinculadas com certas capacidades e qualidades; dessa forma, a governabilidade colonial institui uma lógica de governo que se baseia e se legitima através da ideia de inferioridade do “outro”, tornando-o atrasado, primitivo ou animalizado, criando em contraposição uma normalidade dominante, como retratado mais acima.

Mas esse processo, para Navaz (2008), sequer é a principal estratégia; outra técnica que coexiste com essa primeira é o que a autora denomina “ocidentalização”, que funciona invisibilizando as categorias criadas e, portanto, o “outro”, através da projeção universal das categorias criadas e do apagamento das vozes de pretos, indígenas, mulheres, entre outras. Tudo isso converge na construção das identidades e práticas políticas dos indivíduos, colaborando com o funcionamento do capitalismo neoliberal, levando a diversas consequências, tais como a cada vez maior exploração de grupos continuamente fragmentados, desterritorializados e, conseqüentemente, cada vez mais vulneráveis, como é o caso das mulheres migrantes.

As relações coloniais às quais nos referimos têm caráter dialético, ou seja, a

superioridade percebida nos grupos dominantes depende do sentimento de inferioridade dos grupos colonizados, estando as dinâmicas de poder entre Norte e Sul entrelaçadas nessa dinâmica (Norte e Sul, aqui, são melhor entendidos como ideais do que necessariamente espaços geográficos) (NAVAZ, 2008). Como esse sistema influi fortemente em toda a construção de conhecimento e práticas políticas, é claro que exerce sua influência também no feminismo, que, em suas abordagens mais clássicas (e etnocêntricas), torna-se parte das lógicas de governabilidade dos “outros”. Enquanto todo o sistema de gênero moderno/colonial se baseia no universalismo para a criação de normas sociais, o feminismo faz um movimento muito parecido ao universalizar a ideia de que a raiz da opressão de *todas* as mulheres é a orientação “natural” à reprodução, então baseando toda a sua teoria e prática ao redor dessa ideia, homogeneizando um conjunto de pessoas que, exceto por essa característica “natural”, tem amplas e importantes diferenças entre si. Para além disso, o feminismo *mainstream* ainda reduz o acúmulo de estruturas de dominação ao centrar-se exclusivamente ao redor da diferença sexual. No limite, o efeito colonizador ocasiona a “coisificação” das mulheres colonizadas, que tornam-se uma categoria genérica apesar das enormes diferenças entre si; o feminismo eurocêntrico as vê como objeto das estruturas de poder, negando suas humanidades, e enquanto por um lado as mulheres das margens tem seus interesses cooptados pelo feminismo europeu, por outro são representadas de forma racista e não tem suas verdadeiras necessidades levadas em conta (NAVAZ, 2008).

I am a wind-swayed bridge, a crossroads inhabited by whirlwinds. Gloria, the facilitator, Gloria the mediator, straddling the walls between abysses. "Your allegiance is to La Raza, the Chicano movement," say the members of my race. "Your allegiance is to the Third World," say my Black and Asian friends. "Your allegiance is to your gender, to women," say the feminists. (...) What am I? A third world lesbian feminist with Marxist and mystic leanings. They would chop me up into little fragments and tag each piece with a label (ANZALDÚA, 1983, p. 228)³.

Apesar dessa inabilidade do feminismo europeu de levar em conta os interesses de mulheres não-brancas, que acaba contribuindo, como dito anteriormente, para a marginalização e aprofundamento das opressões vividas por elas, esse mesmo feminismo tende a apropriar a

³ Tradução: Eu sou uma ponte balançada pelo vento, uma encruzilhada habitada por redemoinhos. Gloria, a facilitadora, Gloria a mediadora, abraçando as paredes entre abismos. “Sua lealdade é À Raça, ao movimento Chicano”, dizem os membros da minha raça. “Sua lealdade é ao Terceiro Mundo”, dizem meus amigos Pretos e Asiáticos. “Sua lealdade é ao seu gênero, às mulheres”, dizem as feministas. [...] O que eu sou? Uma feminista lésbica do terceiro mundo com inclinações ao Marxismo e ao misticismo. Eles me cortariam em pequenos pedacinhos e etiquetariam cada um com rótulo.

história dessas mulheres a seu favor, como aconteceu com o discurso “Ain’t I a Woman”, de Sojourner Truth, que demonstrou a inverdade dos estereótipos sobre as mulheres, mas, ao mesmo tempo, demonstra a dificuldade do feminismo branco em sacrificar o privilégio racial em favor do fortalecimento da causa (CRENSHAW, 1989), além de questionar o universalismo das teorias. Para Lugones (2014), a resposta para a pergunta de Truth seria “não”, visto que a categoria “mulher colonizada” é vazia, pois essas mulheres, por terem sido roubadas de sua humanidade, possuem sexo, mas não gênero.

Como, devido a esses sistemas de opressão, mulheres de cor nem sempre ocupam a mesma posição familiar que a mulher branca ocupa (um lugar de passividade, pureza, fraqueza física e mental), e como as teorias feministas *mainstream* são baseadas justamente nesse lugar, cria-se a ilusão de que essas mulheres estão isentas, ou menos vulneráveis, ao patriarcado, como também Anzaldúa (1983) demonstra ao relatar que, para seus amigos brancos, ela representa uma figura de força, de poder. Isso porque essas mulheres sempre trabalharam fora, por exemplo; mas o que fica oculto é que, ao trabalhar fora, ou ao ocupar o espaço de “matriarca” (chefe de família), uma necessidade criada pela sua classe ou pela sua raça, elas chocam-se contra as normas sociais de gênero, criando problemas diferentes daqueles que eram enfrentados por mulheres brancas burguesas (CRENSHAW, 1989). Da mesma forma, mulheres negras e indígenas experienciam suas sexualidades (e seus estupros), sua relação com os homens ou a maternidade de forma diferente das mulheres brancas e, por isso, não têm suas experiências levadas em conta na elaboração de políticas. Muitas mulheres não-brancas carregam fardos como a pobreza, o cuidado dos filhos, a falta de habilidades específicas para determinados mercados de trabalho (como muitas vezes ocorre com mulheres indígenas desterritorializadas), questões que são aprofundadas pelo racismo que enfrentam (CRENSHAW, 1991).

a falha em abraçar a complexidade da intersecção não é simplesmente uma questão de vontade política, mas também diz respeito à forma de pensar sobre a discriminação que estrutura as políticas de forma que as lutas são categorizadas como problemas singulares (CRENSHAW, 1989, p. 166-167).

Devido à hierarquia entre mulheres de diferentes raças criada pelo colonialismo, mulheres de cor são julgadas duramente por todos os seus atos, vistas muitas vezes como ameaças à ordem, e suas experiências nunca têm o mesmo valor das experiências de mulheres brancas, são sempre “menos críveis” ou menos importantes, chegando ao ponto em que violências cometidas contra essas mulheres são menos severamente punidas. Até mesmo os

estudos sociais a respeito de gênero e raça, ou, como veremos mais à frente, os relatórios sobre experiências de pessoas localizadas na intersecção, tendem a excluir e invisibilizar mulheres racializadas, ao não levar em conta a intersecção e não produzir estudos e dados específicos, de forma que os subgrupos privilegiados são sempre priorizados (CRENSHAW, 1991).

2. Esperanças e desafios da migração feminina

Se o sistema-mundo atual foi concebido com base na criação das ideias como gênero e raça, todos os fenômenos existentes no sistema-mundo serão profundamente influenciados por esses conceitos, incluindo a migração, que, no entanto, é tradicionalmente analisada principalmente através de uma lente masculinizada. Mesmo as primeiras tentativas de estudar gênero na migração se limitaram a incluir as mulheres no sistema pré-existente, estudando seus processos em relação aos homens, mantendo dessa forma o modo de pensar colonial, em que o homem (branco) é o padrão. Apesar do fato de as mulheres, desde a metade do século XXI, mais ou menos na mesma proporção que homens, ainda que por motivações e de formas diferentes, existe uma ideia pré-concebida de que os fluxos migratórios são compostos principalmente por homens trabalhadores e que, quando migram, mulheres o fazem em sua maioria para reunião familiar. Essa lente masculinizada (que se mascara como neutralidade de gênero) não é exclusiva aos estudos migratórios (DELAET, 1999); pelo contrário, é comum a todo o campo das Relações Internacionais. Essa concepção da mulher migrante como dependente se impõe como uma das razões pelas quais as mulheres acabam não sendo incluídas nos estudos e políticas migratórias.

Dados da OIM e do Banco Mundial, além de avanços diversos nos estudos feministas e migratórios, nos mostram, no entanto, que as mulheres migram por motivos diversos e em grandes quantidades. Segundo a OIM (2020), 47,9% do total de pessoas migrantes no mundo são mulheres e meninas, proporção que é ainda maior na América Latina, em que 49,9% dos migrantes é mulher. Já no Brasil, segundo o Banco Mundial, essa proporção é um pouco menor, de 46,6%; de qualquer maneira, podemos observar em todo o mundo que o número de mulheres migrantes é pouco menor que o de homens, mesmo em países onde a proporção de mulheres é menor, como é o caso do Brasil. Com pequenas variações para cima ou para baixo a depender da região e da época, essa proporção se manteve mais ou menos estável na maioria das regiões ao longo das últimas décadas. Especificamente na América Latina, ela cresceu nos últimos vinte anos (OIM, 2020).

Apesar dessa estabilidade proporcional no último meio século, podemos dizer que o caráter dos fluxos migratórios femininos mudou consideravelmente, devido principalmente à

mudança e diversificação dos motivos que levam as mulheres a migrar, que serão explorados mais a fundo a seguir. Mais mulheres migram hoje de forma independente, sendo como estudantes, em busca de trabalho e/ou como mães de família, ao invés de viajarem como dependentes de homens da família, afastando-se do modelo tradicional de reunificação familiar. Apesar disso, as mulheres ainda são mais frequentemente discriminadas, não só por seu gênero como por suas raças, etnias, culturas e a própria condição de migrante, além de estarem mais vulneráveis a abusos, violências e explorações do que os homens migrantes (EREL, MOROKVASIC, SHINOZAKI, 2003). O viés masculino (segundo o qual a figura do “migrante” é a de um homem jovem, em busca de trabalho e conseqüentemente, “economicamente lucrativo”) ignora a realidade dos padrões mundiais de migração e influenciam a forma em que os atores envolvidos (como governos, organizações internacionais e ONGs) se mobilizam e, dessa forma, prejudicam a criação de políticas voltadas para outros grupos e tipos de migrantes (EREL, MOROKVASIC, SHINOZAKI, 2003). São dessas dinâmicas que surge a necessidade de gerar dados e pesquisas que se concentrem sobre as especificidades da migração feminina, que podem então trazer uma adequação das políticas que traga maior equidade e oportunidades de desenvolvimento e empoderamento para os grupos mais vulneráveis. Uma das dificuldades para que essa produção aconteça é que, além de não existir um sistema centralizado de coleta de dados, muitos países, como é o caso do Brasil, fazem essa coleta por família, não por pessoa, de forma que os dados não são desagregados por gênero (OIM, 2020).

Fica claro, dessa forma, que os processos e padrões migratórios são gendrados, assim como seus impactos políticos, econômicos, culturais e sociais, e que estão passando por um processo de feminização, já há algumas décadas (EREL, MOROKVASIC, SHINOZAKI, 2003). A chamada “feminização da migração” muito tem a ver com a feminização da pobreza: cerca de 70% das pessoas pobres no mundo são mulheres, e elas têm se inserido cada vez mais nos circuitos migratórios de forma independente, para buscar melhores condições de vida para si mesmas e suas famílias e, em especial, filhos, tornando-se pioneiras nos processos migratórios e as principais provedoras de suas famílias (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010); (EREL, MOROKVASIC, SHINOZAKI, 2003). No entanto, a ideia do migrante como homem trabalhador ainda persiste na maioria dos estudos migratórios, e mulheres ainda são vistas como migrantes dependentes. Dessa forma, elas não seriam um ator importante para o processo decisório da migração e, portanto, tornariam-se agentes irrelevantes para o estudo das causas da migração. Os estudos existentes que se afastam dessa ideia, por outro lado, mostram que mulheres migram pelos mais diversos motivos, incluindo, é claro, a união familiar, mas

também por razões econômicas, para escapar de situações maritais ruins e de opressões de gênero, para buscar maior liberdade e autonomia e também para fugir de perseguições políticas e guerras. Uma característica geral da migração feminina, no entanto, é que na maioria dos casos, as mulheres buscam a migração permanente, enquanto as migrações masculinas tendem a ser temporárias, visto que não é incomum que mulheres ganhem independência e autonomia através do processo migratório (DELAET, 1999). Justamente por isso, o aumento da migração intra regional favorece a migração feminina, visto que possibilita que estejam mais perto da família (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010).

Uma das principais formas de migração feminina ainda é, de qualquer forma, a reunificação familiar. Se analisado superficialmente, esse fator pode de fato sugerir que essas mulheres migram como dependentes e, portanto, não são agentes migratórios consideráveis, mas mesmo aquelas mulheres que migram dessa forma ou por esse motivo também têm agência e necessidades específicas que precisam ser endereçadas, afinal, essas mulheres tendem, também, a juntar-se ao mercado de trabalho e a se tornar um agente sócio-político importante uma vez no país de destino (DELAET, 1999).

Já a migração laboral de mulheres é tradicionalmente menor, mas vem aumentando consideravelmente a partir da segunda metade do século XX. Além disso, é importante notar que mulheres que não foram inicialmente admitidas como parte da migração laboral, como aquelas que se juntaram a seus maridos ou refugiadas, também ingressam posteriormente no mercado de trabalho. Prova disso é que, segundo dados do IOM (2018), a maioria (63,5%) das mulheres migrantes trabalha; essa proporção é maior que a das mulheres autóctones e está em forte tendência de aumento. Mulheres que fazem parte dos fluxos de migração laboral têm diversos motivos e buscam diversos setores econômicos, no entanto, a maior parte delas ingressa em setores com baixos salários na indústria têxtil, de calçados, de eletrônicos ou em setores “femininos”, como o trabalho doméstico. Também fazem parte desses fluxos as mulheres que migraram sem documentos, sozinhas ou com suas famílias, que têm como principal motivo a busca por trabalho e melhoria das condições de vida, além de proporcionar aos filhos melhores oportunidades (DELAET, 1999).

Por serem as mulheres consideradas mais leais e, portanto, mais confiáveis para o envio de remessas, a emigração feminina passa, portanto, a ser entendida como uma estratégia de sobrevivência de famílias empobrecidas, de forma que a família é uma das principais motivações para a migração laboral/econômica, ao mesmo tempo que é também o principal obstáculo, pois as mulheres são tradicionalmente responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e dos idosos da família, e não podem abster-se dessas responsabilidades, ao contrário dos

homens, apesar de nem sempre ser possível levar esses familiares para o novo país. São por essas obrigações que mulheres são mais frequentemente parte de fluxos de curta distância, e também por esse motivo visitam o país de origem com maior frequência (RUBÍO, 2003).

A migração feminina como forma de sobrevivência familiar, para Sassen (2003), vem ocorrendo em diversos circuitos migratórios, legais e ilegais, incluindo até mesmo o tráfico de pessoas, que convergem em uma característica: são circuitos lucrativos construídos através da exploração dos indivíduos mais vulneráveis, que são possibilitados e fortalecidos devido ao sistema econômico global corrente. Para Sassen (2003), existem laços sistêmicos entre o aumento da recorrência de mulheres a essas alternativas de sobrevivência (como migração para a prostituição ou o trabalho informal) e a globalização, pois esta trouxe consigo diversas consequências como o aumento do desemprego, o fechamento de pequenos e médios negócios voltados para o plano doméstico, o aumento da dificuldade de gerar lucros de formas tradicionais e o endividamento estatal ou diminuição da renda do governo na periferia global, que afetou de forma desproporcional as mulheres, que são as principais responsáveis pela saúde e a educação da família, áreas que sofrem com as medidas de ajuste econômico exigidas de países endividados. Apesar da dificuldade, já mencionada, de encontrar dados que corroborem essa hipótese de forma mais concreta, a autora argumenta que as condições supracitadas estão diretamente conectadas ao surgimento de uma nova realidade político-econômica para mulheres dos países financeiramente arruinados.

Dessa forma, Sassen (2003) argumenta que alternativas como a prostituição e a migração laboral são formas de geração de renda cada vez mais procuradas por mulheres e, inclusive, trazem benefícios para o país de origem, através do envio de remessas para os familiares que não emigraram, o que configura uma importante fonte de renda para diversos países. As mulheres já são a grande maioria dos que recorrem à prostituição ou das vítimas do tráfico humano, e estão tornando-se também parte importante dos fluxos de migração laboral, visto que cada vez mais, são as mulheres que sustentam suas famílias e geram lucros e verba governamental, um fenômeno que a autora denomina “feminização da sobrevivência”. Para além disso, o aumento da importância feminina nos fenômenos migratórios a partir da segunda metade do século XX pode ser explicada também pelo aumento da demanda de serviços considerados “femininos” (como o serviço doméstico) assim como de mão-de-obra barata (SASSEN, 2003).

Outro motivo comum para a migração feminina é a busca por refúgio ou asilo. É importante pensar, nesse sentido, sobre como os estereótipos sobre os papéis de gênero moldam as políticas dos países que recebem esses refugiados. Mulheres têm, por exemplo seu status de

refugiada menos frequentemente reconhecido, visto que a definição de “refugiado” aceita e usada como critério legal para admissão de refugiados em alguns países (pessoas que deixaram seus países e não podem retornar devido a um “medo fundamentado” de perseguição pelos motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinados grupos sociais ou opiniões políticas) não inclui a perseguição de gênero, de forma que mulheres que buscam refúgio devido às questões e violências específicas de gênero (são exemplos a violência doméstica, o estupro ou a mutilação genital) podem ter seus pedidos negados (DELAET, 1999).

As especificidades relacionadas ao gênero no processo migratório vão muito além das motivações e processos de chegada das diversas modalidades de migrantes ao país de destino, gerando desdobramentos em suas experiências, desafios e oportunidades. Assim como ocorre nos processos decisórios, o gênero não é a única categoria que influencia essas experiências, pois, assim como as mulheres em geral, não é possível agrupar todas as mulheres migrantes em um único grupo homogêneo: o significado de gênero é redefinido em cada situação, vincula-se a outros fatores como a religião, a raça, a classe ou a cultura alterando-se assim também sua vivência a depender desses fatores, desde seus processos decisórios, suas oportunidades e até suas vulnerabilidades serão profundamente alteradas a depender desses outros fatores (DELAET, 1999; RUBÍO, 2003). Tal heterogeneidade é perceptível até mesmo através da ausência de dados e estudos sobre a migração feminina: se estes são escassos para a categoria “mulheres”, tornam-se ainda mais raros quando adicionamos as demais categorias, tornando análises interseccionais ainda mais difíceis.

Em termos mais práticos, não só o gênero mas também todas as outras categorias supracitadas, mais importante para esse estudo a raça, a cultura e a nacionalidade, terão forte influência sobre a existência ou não de oportunidades de empoderamento no país de destino, a perpetuação ou não das relações de gênero através das fronteiras, as novas formas de discriminação e exclusão encontradas (ou não) no país de destino ou até que ponto as mulheres terão suas vulnerabilidades exploradas durante o processo (DELAET, 1999). Com isso em vista, fica claro que as vivências de mulheres migrantes só podem ser analisadas sob um prisma multidimensional, ainda muito pouco explorado na literatura, que nos permitiria superar a ideia de que as experiências das mulheres migrantes serão homogêneas ou o etnocentrismo encontrado em grande parte da literatura feminista, que supõe que os problemas de todas as mulheres serão os mesmos das mulheres brancas, de classe média ou alta e autóctones, ignorando o fato de que muitas das mulheres migrantes são racialmente discriminadas, pobres, e enfrentam dificuldades de adaptação cultural (RUBÍO, 2003). Um exemplo dessas diferenças é o fato de que a exclusão histórica da mulher do mercado de trabalho remunerado afetou

primordialmente a mulher branca de classe média ou alta, já que outras mulheres nunca puderam abandoná-lo, ou que são as mulheres de classes e etnias marginalizadas que possibilitam às mulheres brancas o acesso ao mercado de trabalho qualificado, assumindo seu trabalho reprodutivo (RUBÍO, 2003). Um outro exemplo é a sub-representação de mulheres de cor em movimentos trabalhistas, apesar de serem o novo sujeito do capitalismo global (PESSAR, MAHLER, 2003). Essa diferenciação e hierarquização existe não apenas entre a mulher branca/autóctone e a mulher imigrante, mas também entre as mulheres migrantes, a depender de sua proximidade aos padrões ocidentais (RUBÍO, 2003).

Dessa forma, notamos que a experiência migratória (seus níveis de agência, possibilidades de empoderamento, suscetibilidade à exploração sexual ou trabalhista) depende do seu posicionamento nas hierarquias de gênero, etnia, entre outras esferas de poder. Quanto mais “baixa” localização hierárquica do indivíduo, maior sua outridade, menores suas possibilidades de agência (MAHLER, PESSAR, 2001). Outro fator essencial para essa análise são os laços familiares: por exemplo, uma mulher que deixa no país de origem filhos, marido ou outros familiares dependentes continua negociando relações de gênero através das fronteiras (PESSAR, MAHLER, 2003).

Não existe, portanto, uma resposta universal para a questão de se a migração feminina promove maiores oportunidades de empoderamento ou vulnerabilidades. No entanto, de maneira geral, a migração não parece reduzir as desigualdades ou mudar drasticamente as relações de gênero. Tudo vai depender de diversos fatores: além do já exposto, se migrou sozinha ou com filhos, suas oportunidades de emprego ou o tipo de migração. Por um lado, é possível sim dizer que a obtenção de renda própria contribui para o empoderamento, mas por outro, a migração pode simplesmente transferir as opressões de um lugar para outro, além de deixá-las mais vulneráveis à exploração e à opressão (RUBÍO, 2003).

O gênero e a etnia têm um papel central na inserção dessas migrantes no mercado de trabalho no país de destino: apesar das diversas diferenças entre as mulheres, o trabalho é um tema transversal (já que a maior parte dos migrantes se desloca em busca de melhores oportunidades econômicas). A mulher migrante é, na maioria das vezes, relegada às camadas mais baixas da pirâmide trabalhista, sendo direcionadas principalmente para ocupações de baixa qualificação e tradicionalmente femininas. Dessa forma, elas ficam concentradas em poucos nichos de trabalho, que em geral são muito sensíveis às flutuações de demanda e que possuem altas taxas de trabalho temporário, em especial o serviço doméstico, a hotelaria, posições irregulares e mal remuneradas na indústria ou a prostituição (RUBÍO, 2003), solução à qual muitas mulheres, principalmente mães solo ou desempregadas, foram obrigadas pelas

circunstâncias a recorrer para sustentar suas famílias (PESSAR, MAHLER, 2003). Essas mulheres muitas vezes encontram grandes jornadas de trabalho (além da jornada dupla ou tripla, com o cuidado da casa e dos filhos), privação de direitos trabalhistas (muitas vezes devido à falta de informação sobre eles) e são submetidas a abusos físicos e psicológicos. (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010). Mesmo mulheres (assim como homens) qualificadas acabam muitas vezes aceitando ocupações abaixo de suas condições devido ao não reconhecimento da sua educação e qualificação no país de destino, falta de conhecimento sobre seus direitos, falta de conexões sociais, desconhecimento do idioma ou racismo e xenofobia (MIGRATION DATA PORTAL, 2018).

Apesar disso, a maior parte das remessas enviadas mundialmente (72%), de acordo com a ONU, vêm de mulheres, mesmo que elas sejam pior remuneradas que os homens e que, portanto, essas remessas representem um maior sacrifício que a eles (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010). O sacrifício é ainda maior para mulheres que trabalham e fazem suas operações no setor informal, já que pagam também maiores taxas de transferência de dinheiro ao utilizarem meios informais (OIM, 2018). Em razão de todos esses fatores, famílias comandadas por mulheres migrantes têm uma renda média menor que a de famílias comandadas por homens migrantes (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010).

O emprego e a renda não são os únicos setores afetados durante o processo migratório: também mudam o acesso a serviços como a saúde e a educação, e também o bem-estar e a autonomia das mulheres. A educação, por exemplo, torna-se mais inacessível em especial para crianças e jovens refugiados, o que cria maiores dificuldades para as mães. A migração tende a ter impactos negativos também na saúde, devido à baixa renda, ao baixo status social e à própria violência do processo migratório. As migrantes ficam, de acordo com Birchall (2016), inclusive mais vulneráveis ao contágio por HIV, devido, principalmente, à falta de acesso à proteção sexual e à prostituição ou exploração sexual. Também ficam mais vulneráveis a acidentes ou problemas de saúde relacionados ao trabalho, além de encontrar barreiras como a dificuldade de comunicação e a falta de informação para o acesso à saúde (BIRCHALL, 2016). Assim, a migração pode tornar-se uma grande frustração para parte das mulheres e, no entanto, grande parte delas opta por permanecer no novo país, já que as condições de vida no país de origem seriam ainda piores (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010).

Ainda assim, existe um potencial de empoderamento para essas mulheres, através da conquista de renda própria, por exemplo, já que ser a principal provedora da família dá a elas maior autonomia e poder decisório, maior autoestima e maior participação social (OIM, 2018). É claro que existem maiores chances de isso ocorrer dadas determinadas condições: a existência

de oportunidades de trabalho formal e regulamentado, a migração para grandes cidades e a separação do grupo familiar; ainda assim, o empoderamento é sempre relativo, visto que as experiências continuarão sendo moldadas pelas relações de gênero e hierarquias de poder da nova sociedade (BIRCHALL, 2016).

3. As mulheres e os fluxos migratórios Venezuela-Brasil

3.1. As raízes e implicações da crise venezuelana

Os fluxos migratórios entre Brasil e Venezuela sempre foram intensos; no entanto, o caráter desses fluxos mudou drasticamente nos últimos anos, particularmente a partir de 2015. Se, tradicionalmente, a migração entre os dois países era majoritariamente temporária (como, por exemplo, para compras) e no sentido Brasil - Venezuela (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010), nos últimos anos o sentido se inverteu, com um grande aumento da migração sentido Venezuela - Brasil. Mudou também o caráter das migrações, que deixaram de ser momentâneas, para compras, por exemplo, no sentido Brasil-Venezuela (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010) para tornarem-se, principalmente migrações forçadas de mais longo prazo, no sentido contrário. Tais mudanças aconteceram em razão da crise política e econômica que assolou a Venezuela ao longo da última década. Por essa razão, é importante mencionar as circunstâncias e consequências dessa crise, visto que é desse contexto que partem as mulheres venezuelanas, principal foco deste trabalho.

A crise venezuelana, então, começa como uma crise política, gerada pela forte polarização entre apoiadores e opositores do chavismo, que se intensifica e se agrava durante o governo Maduro, mas já era muito forte desde o início do governo de Hugo Chávez. O primeiro exemplo ocorreu já em 2001, quando o presidente eleito em 2000 promulgou 49 Leis Habitantes, dentre elas a Lei de Pesca, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e a Lei dos Hidrocarbonetos, leis essas que tiveram grande interferência no capital privado, incluindo o estrangeiro. Foi a partir dessas mudanças legislativas que se fortaleceu pela primeira de muitas vezes a oposição (de direita) e foi formada a Coordinación Democrática (CD), composta por diversos setores da sociedade e financiada pelos EUA (BASTOS, OBREGÓN, 2018). Em abril de 2002, numa primeira tentativa de depor o governo, uma série de manifestações e greves e a possibilidade de um conflito violento fizeram com que Chávez inclusive se rendesse, no entanto, seus apoiadores (com destaque para as camadas mais pobres da população) se mobilizaram e exigiram a restituição de seu governo (BASTOS, OBREGÓN, 2018).

Chávez, no entanto, sempre foi um líder carismático e lidou com as crises da oposição de forma conciliatória, buscando abrir espaços de diálogo e respeitando as instituições, mesmo

aquelas que tinham feito parte da tentativa de golpe contra ele. Independentemente disso, a polarização já era muito profunda, de forma que a oposição continuou forte. Já em 2003, houve nova tentativa através da paralisação da produção de petróleo, principal fonte econômica do país. Novamente, porém, Chávez saiu da crise fortalecido. Ao final dessa crise, Chávez era, com o apoio das massas e das Forças Armadas, politicamente forte o suficiente para nacionalizar o petróleo, restabelecendo assim sua governabilidade. Após uma terceira tentativa de depor Chávez, através de um referendo que fracassou, a oposição se retirou da cena política até as eleições de 2006. Neste ano, Chávez é reeleito e traça como objetivo guiar o país em direção ao que chamou “Socialismo do Século XXI”; pouco antes disso, é fundado o PSUV, visando fortalecer as bases. Já em 2007, Chávez toma novas medidas polêmicas: nega a concessão de licença da RCTV, considerada por ele uma mídia golpista; tenta, também, aumentar o próprio poder através de reformas constitucionais, sua primeira derrota nas urnas, o que a oposição aproveita para se organizar através da Mesa de Unidade Democrática (MUD). Ainda assim, em 2009 Chávez consegue aprovar reformas constitucionais, dentre elas a reeleição ilimitada. Em 2012, Chávez é novamente reeleito, apesar de ter menos apoio popular; no entanto, não chega a assumir antes de sua morte, em 2013 (BASTOS, OBREGÓN, 2018).

Maduro foi o indicado por Chávez como seu sucessor, e, apesar da tentativa da oposição de impedir a posse de Maduro, ele assume como presidente interino e é posteriormente eleito, ainda em 2013, em uma eleição controversa que iniciou um governo turbulento. A oposição se recusou a aceitar os resultados, alegando fraude, ocasionando até mesmo conflito com a Guarda Nacional. Maduro, ao contrário de Chávez, não é um líder carismático, e acabou se afastando da forma conciliatória de seu mentor de lidar com crises políticas. Os espaços de discussão com a oposição se estreitaram de forma definitiva (BASTOS, OBREGÓN, 2018).

Tudo isso levou a uma polarização ainda mais exacerbada do debate político no país. Após ter sua eleição confirmada, apesar das alegações de fraude da oposição, Maduro procurou pôr em prática seu plano de governo, que seguiu a mesma linha de Chávez: a implantação do socialismo do século XXI, aumento da produção de petróleo, fim da miséria e a criação de polos produtores especiais. No entanto, a conjuntura do governo de Maduro era muito diferente dos anos de governo de Chávez, já que o país já estava passando, nessa época, por uma crise de desabastecimento, crise no setor elétrico, hiperinflação, desvalorização do câmbio e queda do PIB. Maduro piorou a situação ao reduzir preços por ordem presidencial, ocasionando o fechamento de várias lojas. O presidente também aprovou sua própria Lei Habitante, que lhe deu o poder de legislar por decreto por um ano. Com esse poder, Maduro limitou os lucros do empresariado, estabeleceu um teto para os aluguéis, fixou preços de automóveis e concedeu,

apesar dos problemas econômicos, promoções às Forças Armadas. Desde então, a Venezuela está imersa em uma crise política com conflitos violentos, que se intensificaram a partir de 2014 (BASTOS, OBREGÓN, 2018).

A essa crise política se entrelaça uma profunda crise econômica. Isso devido, além de outros fatores, à forte dependência venezuelana do petróleo, que se tornou praticamente a única fonte produtiva do país a partir do século XX. Na década de 2000, a combinação da nacionalização do petróleo e os altos preços praticados no mercado internacional viabilizaram os programas sociais de Chávez, ou seja, o bem-estar social na Venezuela acabou condicionado ao mercado externo. Se naquele momento a alta do petróleo ocasionou uma disparada nos indicadores sociais, também trouxe o risco de inflação, que foi controlada, na época, através da valorização cambial. Por outro lado, essa sobrevalorização deixou a Venezuela numa situação de dependência ao petróleo cada vez mais perigosa ao fim do governo Chávez. Sob Maduro, o PIB caiu, graças às medidas de controle de lucro do presidente. Com isso, o país começou a sofrer com as sabotagens de outros setores da economia ao país, gerando desabastecimento e uma cada vez maior alta da inflação, o que aumenta ainda mais a dependência do petróleo. Quando, em 2014, o preço do barril de petróleo cai, a crise se aprofunda ainda mais (BASTOS, OBREGÓN, 2018). A crise política se agrava ainda mais após as eleições parlamentares de 2015, em que a maioria dos eleitos foi da MUD. Essas eleições, no entanto, não foram reconhecidas pelo presidente. De qualquer forma, o chavismo perdeu a hegemonia no Legislativo, o que dificulta a governabilidade de Maduro, visto que todas as propostas normativas do governo foram rejeitadas enquanto, por outro lado, normas antichavistas foram aprovadas. Além de não ter qualquer governabilidade, o país está polarizado, com baixos índices socioeconômicos e altas taxas de criminalidade e violência institucional (BASTOS, OBREGÓN, 2018).

Mais recentemente, as eleições presidenciais de 2018 também foram cercadas de suspeitas, com datas alteradas, impedimento de concorrência de candidatos da oposição via processos judiciais, acusações de compra de voto por parte do governo, e número recorde de abstenções. A vitória, no entanto, foi de Maduro. O pleito gerou, novamente, reações internacionais, com diversos países, incluindo Brasil e Estados Unidos, não reconhecendo o resultado. As denúncias a Maduro, juntamente com a permanente crise econômica, intensificaram os protestos e manifestações de líderes estrangeiros. Em meio ao caos, Juan Guaidó se autoproclamou como presidente em janeiro de 2019, sendo reconhecido como interino por diversos países, o Brasil novamente incluso. Ainda assim, Maduro segue no poder, e a Venezuela é considerada uma ditadura por organismos internacionais (ADELANTE:...

2020).

Hoje, em 2020, com a duradoura hiperinflação e a desvalorização do câmbio, que reduz exponencialmente as rendas das famílias venezuelanas, o salário mínimo na Venezuela é de 400 mil bolívares por mês (EFE, 2020), o equivalente a US\$0,03 por dia, valor que está bem abaixo da linha da miséria e não condiz com a já mencionada alta dos preços no país, que, após ter aparentado controle ao longo de 2020, voltou a subir: de acordo com o (SINGER, 2020), é possível comprar apenas um quilo de arroz. A hiperinflação que torna produtos essenciais, como medicamentos e alimentos, inacessíveis à maior parte da população já perdura há pelo menos 4 anos, uma das crises inflacionárias mais longas da história da América Latina.

3.2. A influência do gênero e da raça na experiência migratória

Este é o contexto do qual se ocasionou o “êxodo” venezuelano testemunhado desde o início do governo Maduro. Em 2019, 4,5 milhões de venezuelanos e venezuelanas viviam fora do seu país, o equivalente a 16,3% da população do país (CORPI, 2019), dos quais pelo menos 2 milhões são mulheres (ADELANTE:... 2020), atingidas de forma especial pela crise econômica pela qual passa o país, afinal, são elas as responsáveis pelo bem-estar da família. Essas mulheres, que representam 41,2% do contingente total de venezuelanos que cruzam a fronteira entre a Venezuela e o estado de Roraima, entram no país em sua maioria sozinhas ou com filhos, apesar de parte delas virem com ou para se juntarem aos parceiros. Dentre essas mulheres, além das que já trazem consigo suas crianças, muitas delas estão grávidas e, em sua maioria, são pretas ou indígenas. Apesar de serem mulheres com histórias, motivações, objetivos e ambições muito diferentes, suas motivações geralmente têm a ver com a crise venezuelana, mais especificamente, com o desemprego, que atingiu no ano de 2020 54% da população venezuelana (SINGER, 2020; MENEZES, ESTRELA, 2019) e a dificuldade de encontrar e os altos preços de medicações e alimentos no país, mesmo para aquelas que tinham uma vida bem estruturada, com ocupações e imóveis próprios, além da crise da maternidade. Entre 2015 e 2016, a mortalidade infantil subiu 30%, e a mortalidade das parturientes, 65%, graças à falta de infraestrutura, medicamentos e até mesmo profissionais nos hospitais, que, em sua maioria, emigraram, fato provado pelo aumento, entre 2015 e 2018, de 450% no número de nascimentos de bebês em Boa Vista, e pelo fato de que estima-se que, a cada 4h, uma venezuelana dá a luz em Roraima (MENEZES, ESTRELA, 2019).

Ao longo do documentário *Adelante:...* (2020), diversos exemplos dessas motivações são oferecidos ao longo de vários relatos. A primeira delas relata que decidiu sair da Venezuela quando estava grávida, em busca de um parto mais seguro, visto que a maioria das cesáreas em

seu país de origem acabam na morte da mãe ou do bebê. Além disso, ela também relata ter vindo ao Brasil em busca de melhores oportunidades de estudo para os filhos. Outra das mulheres, já com 54 anos, relata que tomou sua decisão após a morte de uma amiga por falta de medicamentos, com medo que o mesmo acontecesse em sua família. Uma terceira veio em busca de tratamento para a filha de 4 anos, que tem convulsões, já que na Venezuela não tinha dinheiro para acessar o tratamento, além da indisponibilidade dos remédios. Outra delas relata que sua principal motivação foi a alta nos alimentos: “Meio quilo de sobras de arroz está caro demais. E sobras de arroz é basicamente a comida que dávamos aos cães. Isso é o que estamos comendo na Venezuela” (ADELANTE:...2020) além do caos geral no país, onde, ela diz, as pessoas estão desnutridas e as crianças estão morrendo de fome.

Ao chegarem ao Brasil, no entanto, as mulheres migrantes são muitas vezes recebidas com uma realidade dura, em que seu gênero, sua raça e suas origens trabalham como empecilho para que consigam um trabalho formal, acesso à educação para os filhos, acesso à moradia decente, segurança ou um bom nível de renda. Mulheres migrantes são, também, especialmente suscetíveis à violência vinda das autoridades, à discriminação, e enfrentam a falta de proteção jurídica e baixo acesso à justiça, tudo isso porque elas possuem diversos marcadores identitários - notadamente sua raça/etnia, sua idade, sua classe, entre diversos outros que condicionam suas experiências no mundo em diversos setores, entre eles o trabalho, que impacta de forma contundente as vidas das mulheres e seus filhos, que, como dito anteriormente, se colocam como principal motivação das venezuelanas que vêm ao Brasil e que são, em grande parte das vezes, responsáveis exclusivas da mãe (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020). Assim, o trabalho produtivo, que é mais valorizado, tanto no que diz respeito a prestígio quanto a remuneração, é associado ao homem, enquanto o trabalho da mulher, seja ele produtivo ou reprodutivo, segmentado ou não, é desvalorizado, levando a diferenças de tratamento (mesmo no mercado formal, mulheres são mais prováveis vítimas de abusos morais), precarização do trabalho e, claro, à dupla ou tripla jornada das mulheres, que são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020).

A vulnerabilidade de migrantes e refugiadas está vinculada à discriminação das mulheres na sociedade. Além do gênero, as mulheres são discriminadas em razão de raça/etnia, idade, classe, deficiência, origem, aparência, orientação sexual, experiência, local de moradia, entre outros fatores. Um deles é a divisão sexual do trabalho. Lisyane Motta aponta que o trabalho produtivo, dentro da perspectiva de um modelo binário de gênero, é associado ao homem e mais valorizado. O trabalho feminino, seja ele produtivo ou reprodutivo, é

desvalorizado. As consequências são a desigualdade de tratamento, a precarização do trabalho e a dupla jornada para as mulheres. As mulheres negras são triplamente discriminadas. As mulheres migrantes e refugiadas sofrem a inflexão de todas as discriminações anteriores com o acréscimo da situação de refúgio ou migração.

As venezuelanas conseguem, em geral, apenas ocupações de baixa qualificação, como o serviço doméstico, ocupação na qual diversas refugiadas relataram estar inseridas. Citando outros exemplos, também podem ser alocadas a manufaturas e atividades agrícolas, além de outros serviços de baixa qualificação, como o setor de vendas ou a hotelaria. Mesmo nesses setores, é difícil para muitas mulheres venezuelanas ingressarem no mercado de trabalho no Brasil, devido, por exemplo, à barreira linguística, à falta de políticas públicas de acolhimento e amparo e à falta de vagas em creches e escolas. Quando conseguem emprego, são vítimas frequentes de discriminação e assédio moral e sexual no ambiente de trabalho (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020).

Tendo em vista os fatores acima mencionados, a conclusão de que mulheres migrantes têm renda menor que os homens migrantes, apesar de serem as principais responsáveis pelo sustento dos filhos, não é surpreendente. Eles também facilitam o entendimento de que a pobreza atinge de forma especialmente forte as mulheres e, principalmente, as mulheres racializadas (RODRIGUES, VASCONCELLOS, 2010), que enfrentam, além da xenofobia que todos os imigrantes experienciam e a discriminação de gênero que estreita as possibilidades de trabalho, o racismo que diminui ainda mais suas possibilidades.

Como dito anteriormente, é difícil para muitas mulheres venezuelanas encontrar trabalho. É claro que algumas dessas mulheres, por meio de programas como o “Empoderando Refugiadas”, uma iniciativa do ACNUR em parceria com a Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres. O projeto, um raro exemplo de ação específica para a assistência e empoderamento dessas mulheres, promove capacitações profissionais gratuitas, ajuda com a integração cultural e facilitação do acesso ao mercado de trabalho, através de parcerias com empresas que contratam as mulheres do programa, com turmas em São Paulo e em Roraima, onde o objetivo, além de facilitar a contratação, é interiorizar as migrantes (FERREIRA, 2019).

No entanto, essa não é a realidade da maioria das venezuelanas que cruzam a fronteira, em especial nas primeiras semanas e meses que passam no Brasil. Quando chegam, relatos mostram que a maioria das refugiadas passa os primeiros dias, semanas ou até meses morando nas ruas ou, com um pouco mais de sorte, em abrigos ou quartos compartilhados por diversas pessoas (MENEZES, ESTRELA, 2019, ADELANTE:... 2020, #MULHERESREFUGIADAS:... 2019). Buscam trabalho andando, caminhando pelas ruas por

dias a fio, em busca de qualquer trabalho e, com bastante frequência, buscam por diárias de serviço doméstico, como relata uma moradora do abrigo Rondon 1: “Eu saía, muitas vezes, com ela [a filha] pequenininha e perguntava às pessoas se eu podia trabalhar uma diária.” (#MULHERESREFUGIADAS:... 2019). Segundo nos mostra o IMDH (2020), o serviço doméstico é, na verdade, a ocupação da maior parte das venezuelanas, pelo menos entre as que ficam em Roraima. No entanto, o valor que as famílias boavistenses estão dispostas a pagar por essas diárias estão muito aquém das necessidades das famílias comandadas por essas mulheres, visto que o valor gira em torno de R\$10 a R\$30 pelo dia de trabalho, ou mesmo apenas a alimentação (MENEZES, ESTRELA, 2019).

O relatório fornecido pelo IMDH (2020), elaborado a partir dos relatos de 24 mulheres venezuelanas assistidas pela instituição, nos ajuda a demonstrar essas dificuldades em conseguir trabalho e renda em termos mais práticos. Para as venezuelanas, o idioma, a falta generalizada de oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal em Boa Vista, a escassez de cursos profissionalizantes gratuitos disponíveis, a idade (no caso das mulheres mais velhas), a discriminação e o não reconhecimento de qualificações obtidas na Venezuela são os maiores empecilhos para que se integrem de forma mais plena ao mercado de trabalho brasileiro, além da dificuldade de encontrar escolas ou creches para os filhos, já que as vagas na rede pública são escassas e a documentação necessária, difícil de obter. Parte dessas questões poderia ser resolvida através dos existentes programas de interiorização para trabalho, em que a mulher é alocada para uma nova cidade já com emprego garantido; todavia, esse caminho é novamente mais difícil para mulheres mais velhas, e não necessariamente desejado por algumas mulheres, que preferem ficar em Roraima devido à proximidade com os familiares que ficaram na Venezuela. Além disso, tanto em Boa Vista como em outros locais do país, a remuneração, que cai simplesmente por serem mulheres migrantes, não é suficiente para o custo de vida no Brasil, que aumentou nos últimos anos. Por fim, trabalhadoras venezuelanas qualificadas são normalmente subutilizadas pelas empresas contratantes, que lhes atribuem funções que exigem grande esforço físico e têm remunerações baixas, muito aquém de suas qualificações (IMDH, 2020).

As imigrantes indígenas têm, além dessas, suas próprias questões, habilidades e obstáculos. Como as mulheres da tribo Warao vêm da vida no campo, é ainda mais difícil para elas encontrar trabalho para o qual sejam qualificadas. Por isso, faz-se urgente pensar sobre quais trabalhos estão disponíveis para elas, visto que estão habituadas a ocupações ligadas à terra; uma alternativa encontrada por algumas delas é a produção e venda de artesanato (IMDH, 2020, #MULHERESREFUGIADAS:... 2019). De qualquer forma, como as políticas públicas

brasileiras não são pensadas de forma a incluir as pessoas indígenas, essas populações tornam-se muito vulneráveis, seja à extrema pobreza, seja à desastres ambientais ou mesmo à fragmentação de sua comunidade e cultura. No caso específico das migrantes, as Warao apontam ainda a inexistência, no Brasil, de escolas que estejam preparadas para as crianças indígenas e que respeitem sua cultura. O problema educacional se estende aos jovens adultos, o que aumenta a dificuldade de encontrar emprego na cidade, que é, como fica claro, ainda maior que a dificuldade que outras mulheres venezuelanas encaram (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020).

Quando a mulher venezuelana já tem alguma conexão, uma rede de apoio no Brasil, a procura pode ficar mais fácil, pois, com conhecidos que já estejam mais bem integrados à sociedade, fica mais fácil conseguir emprego em áreas nas quais tenham afinidades e que tenham condições de trabalho um pouco melhores (Adelante). Em outros casos, mulheres que não conseguem trabalho em outras ocupações acabam encontrando em trabalhos árduos e muito mal remunerados, como a coleta de latas ou a venda de quinquilharias ou, em último caso, a mendicância, uma última alternativa de sobrevivência (#MULHERESREFUGIADAS:... 2019). A essa dificuldade de construir uma renda própria e digna, soma-se ainda, para as mães, a falta de ajuda do pai de seus filhos. Uma venezuelana relata, no documentário Adelante, 2020:

O último problema é que o pai do Josué não dava as coisas para o menino (...) era sempre uma briga. (...) Pedir as coisas a ele era uma humilhação. E eu não vou aguentar isso. De me humilhar a um homem para que ele ajude nosso filho. Eu lhe dizia que era uma mulher jovem e, assim como eu posso criar meu filho com alguém, eu também posso criar meu filho sozinha. Porque não me faz falta um homem ao meu lado para criar meu filho. (ADELANTE:... 2020)

Com essa falta de perspectiva de trabalho digno e geração de renda, algumas das imigrantes acabam recorrendo a uma alternativa perigosa e degradante: a prostituição. O bairro do Caimbé, em Boa Vista, já é conhecido por “las ochenta”, prostitutas venezuelanas que trabalham por no máximo R\$80 por programa, remuneração que está abaixo da média das brasileiras e não lhes dá condições sequer para tirar dias de folga, mesmo logo após parir, por exemplo. Algumas delas chegam ali por conta própria, trazidas pela necessidade de se sustentarem e aos filhos, enquanto outras são aliciadas por cafetões brasileiros e acabam presas numa situação que nunca desejaram (MENEZES, ESTRELA, 2019). Trata-se de uma ocupação

de alto risco. Ao venderem seus corpos, as refugiadas são colocadas à mercê do machismo, do racismo e da xenofobia de seus clientes - homens brasileiros. Entre os riscos que correm, estão o contágio por ISTs e gravidez indesejadas, trazidas pela falta de acesso das refugiadas a formas de proteção, além de estupros, violência física e violência psicológica. Um dos casos mais graves é o de Maria, que, ao se recusar a fazer sexo sem preservativo, foi esfaqueada e abandonada como morta. Como consequência, ela perdeu os movimentos das pernas e voltou à Venezuela.

As mulheres que se prostituem não são as únicas a sofrer com a objetificação e o medo de abusos sexuais ou violências às quais são submetidas como subproduto de suas identidades. Se a mulher racializada já é rotineiramente e sistemicamente objetificada e animalizada, as mulheres venezuelanas, que carregam o estigma das “putas do Caimbé”, o são ainda mais. Isso no estado brasileiro com a maior taxa de feminicídio do país, além de o quarto com o maior número de estupros anuais (45,5 a cada 100 mil habitantes), e onde a impunidade é alta. Longe de seu país, as mulheres ficam, além disso, especialmente vulneráveis, por não possuir no Brasil uma rede de apoio a quem recorrer ou conhecimento sobre a legislação brasileira e seus direitos (MENEZES, ESTRELA, 2019). A situação é ainda mais grave para mulheres e meninas indígenas, por exemplo, que são vítimas de taxas desproporcionalmente altas de tráfico de pessoas e outras violências de gênero (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020). Ainda, os desafios de implementar a Lei Maria da Penha e proteger as vítimas da violência de gênero já são grandes em circunstâncias comuns, e tornam-se ainda maiores para mulheres que vivem nas ruas ou em abrigos, muitas vezes sob o mesmo teto de seu abusador, pois é praticamente impossível afastar a mulher do seu algoz ou fazer cumprir uma medida protetiva (MENEZES, ESTRELA, 2019); mesmo entre as venezuelanas que não vivem em abrigos, o acesso à justiça é limitado pela barreira linguística, de informação e pelo medo e insegurança que o contexto migratório trazem, tornando casos de violência doméstica quase sempre impunes (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR, 2020).

Elas estão, portanto, suscetíveis à violência nos mais diversos ambientes e contextos: desde o assédio moral e sexual no trabalho, ao estigma criado ao redor das venezuelanas e da prostituição, à vida nos abrigos e ruas ou dentro do próprio casamento. São diversos os relatos que apontam o medo, as inseguranças e o assédio sofrido pelas mulheres e mesmo meninas (ADELANTE:..., 2020; #MULHERESREFUGIADAS:..., 2019). São relatos a respeito de olhares, inseguranças e agressões sexuais ou físicas, por sexo ou por abrigo e comida. O que não resta dúvidas, no entanto, é que a violência de gênero experimentada pelas mulheres

venezuelanas em todos os setores de suas vidas, sem qualquer sistema de apoio, acolhimento ou proteção jurídica, é tão grande que causa traumas vitalícios e é um dos principais motivos pelos quais as refugiadas retornam à Venezuela, apesar da crise e dos motivos que as levaram a deixar o país. (IMDH, 2020).

Nós passamos a viver na rua. Minha irmã, meu sobrinho e meu filho. Ficamos três meses na rua. (...) Era terrível porque às vezes estava muito cansada e dava o peito para minha filha. E acabava dormindo com o peito para fora. (...) e quando reparava havia uns homens me olhando. Depois desse dia não dei mais o peito para a minha filha. (ADELANTE:... 2020)

Por mais sombria que a experiência migratória possa ser, no entanto, ela representa também uma esperança de mais segurança, mais estabilidade, mais autonomia, melhores oportunidades. As mulheres venezuelanas que atravessam a fronteira até o Brasil não são meras vítimas de suas circunstâncias. Pelo contrário, são mulheres com agência, que, ao tomarem a corajosa decisão de migrarem sozinhas ou com apenas seus filhos para um país desconhecido, onde muitas não falam a língua, o fizeram com o objetivo de lutar e seguir em frente, custe o que custar, seja sua motivação o seu próprio desenvolvimento ou o bem-estar e futuro dos filhos. São mulheres batalhadoras, que desejam primordialmente trabalhar e construir suas próprias vidas de forma independente, custe o que custar. Nas palavras de Juling Rodrigues, 54: “Somos mulheres de frente. Nada para trás. O machismo... eles que fiquem lá com seu machismo. Temos bem claro o que queremos e o que vamos fazer. Somos muitas.” (ADELANTE:... 2020).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, ficou claro que a migração de mulheres venezuelanas para o Brasil é um fenômeno diverso em todos os fatores. As mulheres que vêm ao Brasil têm todas as idades, são em sua maioria indígenas ou negras, possuem diversos níveis de qualificação e de experiência, diversos status familiares e são provenientes de diversas classes sociais. São, no entanto, semelhantes em suas motivações e sonhos: viver com mais estabilidade, mais segurança, muitas vezes mais autonomia, mais saúde. Muitas delas são mães e fazem o percurso com o objetivo principal de dar aos filhos as melhores chances: de nascer, de estudar, de viver uma vida confortável de maneira geral. No entanto, essa experiência, que possui sem dúvidas o potencial de ser rica e empoderadora, muitas vezes é dificultada pela violência, discriminação e descaso encontradas no Brasil.

As mulheres migrantes venezuelanas formam, em grande parte das vezes um grupo social extremamente vulnerável, em especial no início de suas novas vidas. É neste momento que a falta de moradia digna, de oportunidades de trabalho formal e bem remunerado, a violência, a falta de acesso à justiça, à saúde e a à educação podem tornar a experiência no novo país tão ruim quanto, se não pior, que as circunstâncias das quais essas mulheres fugiram. É o caso das mulheres que, sem melhores opções, recorrem à mendicância ou à prostituição, que coloca suas vidas em risco, por exemplo, ou a trabalhos informais com remunerações tão baixas que não são condizentes com a renda mínima necessária para uma vida digna. Tais questões poderiam ser evitadas através de políticas construídas tendo em mente os diversos marcadores sociais dessas mulheres. No entanto, se os relatórios produzidos pelas agências de proteção a refugiados não possuem dados desagregados por gênero, raça, idade ou classe social, as mulheres venezuelanas e, ainda mais intensamente, as mulheres venezuelanas indígenas ou negras acabam desaparecendo entre as estatísticas, uma tática de governabilidade que, ao invisibilizar o outro (ou, nesse caso, “as outras”) as coloca em um local de vulnerabilidade, que, na verdade, é de grande interesse para o sistema capitalista em que estamos inseridos: sem quaisquer políticas específicas, mulheres bem qualificadas, com experiência de trabalho, acabam aceitando condições de trabalho precarizadas, mal remuneradas, aquém de suas qualificações.

Destacam-se, entre as alternativas encontradas pelas mulheres que não conseguiram empregos formais, duas ocupações específicas: o serviço doméstico em forma de diárias, extremamente mal remunerado e suscetível à exploração moral, que se destaca por sua frequência, e a prostituição, que se destaca por sua estigmatização e violência. Nada surpreendente se nos recordarmos do trabalho de Lugones (2007), que esclarece a origem da animalização da mulher racializada. Se toda a estrutura de dominação ao redor da qual se organiza a sociedade tem em suas bases a ideia da mulher não-branca ou pobre como inferior, sexual, impura, feita para o trabalho braçal, fica escancarado que as imigrantes estão situadas na camada mais baixa das hierarquias sociais e, em razão disso, dificilmente conseguirão encontrar trabalhos mais bem qualificados ou bem remunerados, que estão reservados aos homens ou às mulheres brancas autóctones. Torna-se óbvio, também, o motivo pelo qual as violências praticadas contra mulheres venezuelanas são tão frequentemente não penalizadas, ou o motivo pelo qual mulheres e meninas indígenas são vítimas ainda mais frequentes da violência de gênero e da discriminação no mercado de trabalho.

Ainda assim, tendo em vista que, ao migrar, as mulheres muitas vezes encontram a oportunidade de tornarem-se as principais fontes de renda da família, ou de saírem de

relacionamentos abusivos, é importante manter em mente que, dadas as oportunidades e circunstâncias certas, a migração dessas mulheres pode ter efeitos positivos de empoderamento, autonomia e libertação. Dessa forma, como enfatiza DeLaet (1999) não é possível concluir que “mulheres migrantes” são um grupo apenas vulnerável e vitimizado, mas também não é possível assumir que, ao migrar, as mulheres são automaticamente liberadas das relações de gênero opressivas presentes nos países de origem, pois a migração internacional feminina é um fenômeno multifacetado, multifatorial, em muitos casos marcado ao mesmo tempo por empoderamento, discriminação e exploração.

REFERÊNCIAS

#MULHERESREFUGIADAS: Minidocumentário ONU Mulheres. Boa Vista: ONU Mulheres, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YtnWUsPjwmQ>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ADELANTE: A luta das venezuelanas refugiadas no Brasil. Direção de Luiza Trindade. 2020. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GEUC-_PI_nQ. Acesso em: 01 out. 2020.

ANZANDÚA, Gloria. La Prieta. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDŪA, Gloria. **This bridge called my back: writings by radical women of color**. 2. ed. Latham: Kitchen Table: Women Of Color Press, 1983. p. 198-209.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro. **Derecho y Cambio Social**, Lima, v. 15, n. 52, p. 1-16, 01 abr. 2018.

BIRCHALL, Jenny. **Gender, Age and Migration: an extended briefing**. Institute Of Development Studies, 2016.

CORPI, Stephania. O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul: a fronteira entre Peru e Brasil se tornou uma das mais transitadas pelos migrantes, inclusive aqueles que apoiavam o governo Chávez. Grupos enfrentam obstáculos físicos e solidão no caminho: ‘preferimos morrer tentando do que morrer de fome lá dentro’. **El País**. Puerto Maldonado. 14 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/internacional/1573170768_919898.html. Acesso em: 10 dez. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University Of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, p. 139-167, 1989. Anual. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, [s.l.], v. 43, n. 6, p.1241-1299, jul.

1991. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 03 jul. 2019.

DELAET, Debra L.. Introduction: the invisibility of women in scholarship on international migration. In: KELSON, Gregory A.; DELAET, Debra L. (ed.). **Gender and Immigration**. Londres: Palgrave Macmillan, 1999. Cap. 1. p. 1-17.

EFE. **R\$ 5,19: este é o salário que milhões de venezuelanos recebem por mês:** trabalhadores e aposentados vivem com menos do que o mínimo estipulado pelas nações unidas como critério de miséria. **R7**. Internacional. Out. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/r-519-este-e-o-salario-que-milhoes-de-venezuelanos-recebem-por-mes-02102020>. Acesso em: 08 dez. 2020.

EREL, Umut; MOROKVASIC-MULLER, Mirjana; SHINOZAKI, Kyoko. **Bringing gender into migration**. In: MOROKVASIC-MULLER, Mirjana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko. **Crossing Borders and Shifting Boundaries: Vol. i: Gender on the move**. Wiesbaden: Vs Verlag Für Sozialwissenschaften, 2003. p. 59-77.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, ACNUR. **Percursos, percalços e perspectivas:** a jornada do projeto atuação em rede. Brasília: 2020. 91 p. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/Percursos-percal%C3%A7os-e-perspectivas-Online-V2.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FERREIRA, Mateus. Projeto Empoderando Refugiadas dá as boas-vindas às novas participantes: em 2019, o projeto, que tem foco na empregabilidade de mulheres refugiadas em São Paulo, também terá turma experimental em Roraima. **Acnur Brasil**. p. 1-2. set. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/09/11/projeto-empoderando-refugiadas-da-as-boas-vindas-as-novas-participantes/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

IMDH. **Relatório de atividades 2019**. Brasília: 2020. 163 p. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-narrativo-final-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

IOM. **Data Bulletin:** informing the implementation of the global compact for migration. 11. ed. Geneva: Iom, 2018. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/data_bulletin_11.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

LUGONES, Maria. Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, Indiana, v. 22, n. 1, p. 186-209, jan. 2007. Trimestral. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexuality%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

MAHLER, Sarah J.; PESSAR, Patricia R.. Gendered Geographies of Power: analyzing gender across transnational spaces. **Identities**, v. 7, n. 4, p. 441-459, jan. 2001.

MENEZES, Leilane; ESTRELA, Igo. Órfãs de Terra-Mãe: a saga das mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil. **Metrópoles**. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/materias-especiais/a-saga-das-mulheres-venezuelanas-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 08 dez. 2020.

MIGRATION DATA PORTAL. **Gender and Immigration**. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/themes/gender-and-migration#:~:text=In%202019%2C%20the%20share%20of,migrant%20workers%20in%20these%20regions..> Acesso em: 10 dez. 2020.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, Gobernabilidad y Feminismos Poscoloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (ed.). **Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. [S.I.]: [S.I.], 2008. Cap. 1. p. 31-74.

PESSAR, Patricia R.; MAHLER, Sarah J.. Transnational Migration: bringing gender in. **International Migration Review**, [S.L.], v. 37, n. 3, p. 812-846, set. 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELLOS, Iana Santos. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

RUBÍO, Sònia Parella. **Mujer inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2003.

SASSEN, Saskia. The feminization of survival: alternative global circuits. In: MOROKVASIC-MULLER, Mirjana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko. **Crossing Borders and Shifting Boundaries: Vol. i: Gender on the move**. Wiesbaden: Vs Verlag Für Sozialwissenschaften, 2003. p. 59-77.

SINGER, Florantonia. Com um quilo de arroz por um salário mínimo, a hiperinflação dispara novamente na Venezuela: alta dos preços, contida durante a pandemia de coronavírus, se acelera com a reabertura comercial e os gastos públicos com as ajudas de fim de ano. **El País**. Caracas. Dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-03/com-um-quilo-de-arroz-por-um-salario-minimo-a-hiperinflacao-dispara-novamente-na-venezuela.html>. Acesso em: 07 dez. 2020.

WADE, Peter; GIRALDO, Fernando Urrea; VIGOYA, Mara Viveros. Identidades racializadas y sexualidades en América Latina. A manera de introducción. In: WADE, Peter; GIRALDO, Fernando Urrea; VIGOYA, Mara Viveros (ed.). **Raza, etnicidad y sexualidades.: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 17-39.